

Constituinte



Como agem os lobistas. (Os oficiais e os disfarçados).

Freitas Nobre

A Constituinte se instala no próximo dia 1º sob o signo do lobby, com lobistas ostensivos e enrustidos, estes, por sinal, em número bem maior. E é bom que se anote que os lobistas não agem apenas no Legislativo, mas nas várias faixas da administração em geral e particularmente nas áreas decisórias.

O povo já começa a acostumar-se com a palavra inglesa e, se não conhece sua origem, sabe, pelo menos, que esse sistema considerado como uma espécie de "compensação de poder" corresponde, em tradução simples, à atuação que pessoas ou grupos de pressão exercem em defesa de interesses nem sempre legítimos junto a órgãos ou autoridades. E mais, que começou no século XVIII, na Inglaterra, quando populares aguardavam nos salões e corredores do Legislativo, a passagem de parlamentares.

Sabe-se que nas galerias do Congresso não haverá lugar para populares, que devem ficar nos jardins assistindo a tudo pelos telões que serão ali instalados.

O presidente Sarney, presente à cerimônia inaugural, não está programado para falar.

O recinto do plenário estará totalmente lotado por autoridades, convidados especiais e familiares dos senadores e deputados, calculados estes em 2 mil, tendo-se em conta que cada parlamentar terá direito a quatro convites e, afinal, também estarão lá os jornalistas que devem alcançar a casa dos mil profissionais.

Todas as vezes que as Mesas da Câmara e do Senado tratam da presença de povo nas galerias, logo Vem à lembrança as cenas dramáticas de algumas fases do Congresso nos últimos anos, com as sessões tumultuadas por ocasião dos debates e votações da extinção dos partidos, da anistia, da emenda das diretas, etc.

Observe-se que o território do Legislativo é dividido em duas partes absolutamente distintas, confiadas, respectivamente, à direção administrativa da Câmara e do Senado.

O plenário que será o palco das atividades da Constituinte, está no território administrado pela Câmara e, por isso, é sua a responsabilidade pelo poder de polícia; a adoção de normas de credenciamento dos assistentes, de visitantes, o acesso às galerias, a inspeção policial ou revista de porte de armas, etc. Essa circunstância chegou, em certos momentos, ao ridículo, pois um dos saquinhos de entrada tem uma linha divisória mais ou menos imaginária, de tal forma que algumas invasões de populares, como a do acantonamento feito pelos empregados da Rádio Tupi, que ali permaneceram durante muitos dias, obedecia à divisão provável entre as duas Casas Legislativas... com a liderança do PMDB na Câmara fazendo escala de deputados que davam assistência aos jornalistas e cinegrafistas e o Senado recusando o uso até mesmo do WC que ficara no seu campo de controle!

Ainda na semana passada, os senadores Jarbas Passarinho e Aloísio Chaves, renovavam as advertências quanto ao comportamento das galerias. Chegaram a citar o arremesso de tábuas e de braços de cadeiras sobre o plenário, e de um punhal contra as lideranças da oposição quando da votação da anistia.

A mesa da Câmara chegou, na ocasião, a examinar um projeto que isolava o plenário com uma parede de vidro, praticamente colocando os parlamentares dentro de uma redoma, isolando-os das vaias e das demais manifestações de desacordo e violência, deixando que o povo apenas assistisse aos trabalhos com o som oficial da sessão...

Sabe-se que naquela ocasião, consultado, Niemeyer, que é o autor do projeto da sede do legislativo, recusou-se a preparar essa modificação do plenário.

O fato, porém, é que esse isolamento já ocorre com a localização de Brasília e do próprio Congresso no conjunto da cidade, ainda sem as condições emocionais e políticas para uma ação participativa e maliciosa mais intensa como ocorria no Rio de Janeiro, onde o Congresso teve sede até a mudança para a nova Capital.

Mas se o povo em geral tem dificuldade para acompanhar os trabalhos legislativos, os lobistas são reverenciados, tal a constância de suas presenças e o desembaraço com que transitam pelas salas, corredores, gabinetes e até pelo plenário. Mas isto não teria sido suficiente para que fossem chamados de abelhas, porque ou estão voando para Brasília, ou estão "fazendo cera" nos escritórios...

Os lobistas oficiais

Temendo o lobby dos ministérios, ou seja, da própria administração federal, a Mesa da Câmara dos Deputados — que será a maior responsável pela atuação dos lobistas, porque a Constituinte funcionará em seu território, onde se localiza o plenário — aprovou, em reunião na semana passada, uma resolução com base na proposta do seu 1º secretário, deputado Haroldo Sanford (PMDB-CE). A proposta visou limitar a presença de representantes dos ministérios, ficando essa restrição integrando o artigo 1º da referida resolução, assim redigido: "Poderão os ministérios, havendo interesse dos respectivos titulares, credenciar junto à Mesa representantes que possam, eventualmente, prestar à Câmara dos Deputados informações específicas

de suas respectivas áreas de atuação". O artigo 2º limitou essa indicação a dois representantes, no máximo, especificando que as informações serão "em nível técnico e de caráter exclusivamente documental ou informativo".

E o lobby oficial que ficará dependente da nova Mesa Diretora da Câmara e pelo prazo de seu mandato, que é de dois anos. Assim, a Mesa da nova Câmara fornecerá aos lobistas dos ministérios, credenciais que serão expedidas pela sua 1ª secretaria.

Justificando a propositura, na reunião da Mesa que a aprovou, o 1º secretário da Câmara, que é oficial reformado do Exército, fez uma exposição sobre a ação dos lobistas para a Constituinte, analisando planos de vários ministérios, órgãos e serviços interessados em influir na redação do texto constitucional.

Mais lobistas que parlamentares

A imprensa explorou, durante alguns dias, a informação de que existem "1.100 grupos de lobby registrados na Câmara".

Julgando o número exagerado, procuramos nos arquivos da 1ª secretaria daquela Casa do Congresso, com a assistência de seu próprio titular, as informações precisas sobre os grupos registrados.

É evidente que deve haver um grande número de lobistas que evitarão o registro oficial, agindo de maneira não ostensiva e utilizando-se das amizades com parlamentares e servidores graduados do Legislativo.

Como exemplo, pode-se citar o caso da Federação do Comércio de São Paulo que tem um dos mais ativos e presentes lobistas no Congresso, o sr. Heber Micelli que, a rigor, teria mais direito a jatos que muitos deputados, e que promove, periodicamente, almoços e jantares típicos com iguarias do Norte, do Nordeste, ou até mesmo paulistas, com sabor italiano ou árabe... Pois nem o sr. Micelli nem a Federação do Comércio de São Paulo constam da lista de lobbies que a Câmara oficializou há cerca de três anos. Aliás, nem necessitaria. Certos grupos até poderão dispensar os lobistas, ostensivos ou não, pois já estão diretamente representados na Constituinte e não é segredo para ninguém, pois alguns parlamentares o confessam publicamente.

Num levantamento que fizemos, dos 559 constituintes, 421 se declararam do centro, da direita ou do centro-direita. Dos 138 que se declararam da esquerda ou do centro-esquerda, 96 estariam neste último grupo, restando 42 para a esquerda propriamente dita. Nada menos que 60 se declararam representando interesses agrários, alguns ligados diretamente à UDR. A Igreja Católica, embora com maioria, conseguiu a eleição dirigida de poucos, e os evangélicos levaram à Constituinte nada menos que 25 parlamentares.

As informações da imprensa sobre os 1.100 lobbies, em contraste com apenas duas dezenas registrados na 1ª secretaria da Câmara, não são improcedentes. É este o cálculo aproximado dos lobistas para a Constituinte, porém o certo é que poucos destes abrirão o flanco, expondo-se através de um registro, como o fizeram o Diap (Departamento Inter-Sindical de Assessoria Parlamentar), uma espécie de Diess dos Sindicatos de Brasília; a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), representando 25 fabricantes de automóveis, tratores e caminhões, com um mercado de trabalho de 146.000 empregados e cerca de 16 milhões de pessoas envolvidas direta ou indiretamente em suas atividades; a Federação dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde; a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, os economistas, profissionais liberais, de relações públicas, os fabricantes de Coca-Cola, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, etc.

Mas, se não se registram os 1.100 lobistas que a imprensa vem anunciando, pode-se, no entanto, afirmar, sem medo de erro, que os enrustidos serão bem mais numerosos que os registrados e em número bem maior que os parlamentares constituintes.

Essa conclusão pode ser tirada, também, com base nas declarações do presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Brasília, César de Siqueira Assrey, de que "cerca de 60 casas do Lago Sul já estão alugadas para grupos de lobby, ligados, em sua maioria, às áreas de informática, química farmacêutica, bancos e construção civil".

O campo hoteleiro igualmente reflete nas suas reservas a intensa ação dos lobistas, com seus 3.900 apartamentos e 7.800 leitos praticamente comprometidos.

As reservas para parlamentares serão de 55 somente para deputados que ficaram sem apartamentos. Os três senadores eleitos pela primeira vez por Brasília, e pela circunstância de lá residirem, expressamente desistiram dessas moradias.

Alguns lobistas costumam hospedar-se em apartamentos de senadores e deputados que eles elegeram ou ajudaram a eleger, como é o caso dos prefeitos, que têm um dos mais completos lobbies, com nada menos que 20 coordenadores da Frente Municipalista Nacional, sob a liderança do governador Orestes Quércia, provavelmente agora convergindo sua ação mais diretamente sobre os recursos da União, mas de olho na defesa do interesse dos Estados.

Parlamentares que comentam a ação dos lobistas julgam muito importante esta frase, porque, segundo eles, não existe o lobby junto ao Legislativo quando este não tem autonomia, porque pressão só existe quando ele é autônomo. Quando o Congresso perde sua independência, os lobistas trabalham o Legislativo de forma indireta, como ocorria na ditadura, quando se entendiam com o general Golbery ou outras eminências pardas do regime.

Isso confirma a condição do lobby como meio e não como fim, segundo o critério que presidiu sua legalização nos Estados Unidos, em 1946.

Agora, os lobistas têm que se multiplicar entre o Legislativo e o Executivo, pois as duas áreas exigem trabalho independente, e precisam demonstrar que o lobby não pode ser interpretado como ação corruptora, embora em alguns casos possa ser o seu instrumento.

A ação dos lobistas junto à Constituinte vai ser um dos aspectos mais destacados do período que se inicia dia 1º, até porque eles sabem que tanto podem os projetos dormir anos e anos nas gavetas do Legislativo, quanto podem ser colocados de um dia para outro na pauta dos debates e da votação. Tudo depende das habilidades regimentais capazes de descobrir um dispositivo que permita aprová-los, até mesmo sem o parecer das comissões técnicas, graças a uma chamada urgência urgentíssima, adotada quando as lideranças partidárias subscrevem conjuntamente requerimento com esse objetivo!

Na Constituinte, então, com todo o seu poder soberano, quantas articulações regimentais não serão possíveis e quantos acordos prévios de lideranças e direções partidárias não estarão pré-deliberando sobre tantos e importantes pontos a serem incorporados ao texto da Carta Constitucional!

REGIMENTO

O PMDB achou uma saída para o Senado. Mas o regimento da Constituinte vai demorar.

O Senado deve funcionar, durante a Constituinte, praticamente em caráter extraordinário, mediante convocação do presidente da Casa ou das lideranças, para votação apenas de matérias relevantes ou de projetos de sua competência exclusiva, como as mensagens indicando embaixadores e ministros de tribunais superiores, além de empréstimos a Estados e Municípios. A decisão por essa saída foi tomada ontem à tarde, unanimemente, pela bancada do PMDB, que deve, agora, comunicá-la aos líderes dos demais partidos.

Para viabilizar essa decisão, no entanto, o Senado terá de alterar alguns dispositivos do seu regimento interno, como os referentes aos horários de funcionamento das sessões. Com isso, os trabalhos serão compatibilizados com os da Assembléia Constituinte. As alterações regimentais serão feitas no início de março, quando o Senado deverá reiniciar suas atividades. A decisão da bancada do PMDB permitirá a redução ao mínimo dos trabalhos plenários do Senado, sem que a Casa fique em recesso ao longo do período de duração da Constituinte.

Regimento interno

Quanto ao regimento interno da Constituinte, o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, acertou com as lideranças dos demais partidos a formação de uma comissão a ser integrada por representantes de todos eles, indicados pelas respectivas bancadas, para apresentar um anteprojeto no prazo de dez dias após a instalação da Assembléia.

O assunto, porém, é complicado. Nas últimas horas, por exemplo, começaram a tornar-se mais nítidas as divergências em torno dele. Elas dizem respeito aos poderes de própria Constituinte e à forma de elaboração da futura constituição. E o PFL chegou à conclusão de que, antes do regimento, terão de ser aprovados, antes da Assembléia, ao menos outros dois atos normativos: um regulando a eleição do seu presidente, outro dispondo sobre seu funcionamento provisório até a aprovação do regimento definitivo.

"Se levarmos 15 ou 30 dias para aprovarmos o regimento" — perguntou ontem o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli — "como ficará a Constituinte nesse período? É indispensável que haja uma norma provisória estabelecendo se nesse período serão realizadas sessões diárias, em que horário e de que forma funcionarão".

Quase todos os partidos e alguns grupos de parlamentares já têm ao menos um ponto em comum em relação ao regimento: são contra a comissão geral. Entendem que uma comissão como essa, incumbida de elaborar o projeto da futura Constituição e de examinar e dar parecer sobre as emendas apresentadas, mesmo dividida em subcomissões, deixaria quase à margem dos trabalhos mais de 400 congressistas. Querem que, em seu lugar, sejam constituídas comissões divididas por temas ou assuntos, com o que se asseguraria lugar de igual importância para todos os congressistas. Poderia haver uma comissão geral, mas incumbida apenas de redigir as decisões das outras comissões.

Essa, com pequenas variações, é a posição já adotada pelo PDT, PTB, PT e para a qual parece encaminhar-se também o PDS (o deputado Cunha Bueno já tem uma proposta concreta nesse sentido). Outro grupo de deputados — liderado por Cristina Tavares (PMDB-PE), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Adolfo Oliveira (PL-RJ), Siqueira Campos (PDC-GO) e Vladimir Palmeira (PT-RJ) — convocou uma reunião para hoje, para acertar uma posição comum contra a grande comissão. Convidam "todos os deputados e senadores que não querem ter seus mandatos cassados". Mas o PFL e o PMDB são pela grande comissão, com suas atribuições tradicionais.

Polêmica

Apesar da decisão do PMDB de evitar o recesso do Senado, ainda persistem posições contraditórias quanto ao funcionamento do Congresso (Senado e Câmara reunidos) e da Câmara. Enquanto, por exemplo, o PMDB considera que o regimento da Constituinte pode colocar o Congresso em recesso (podendo ser convocado em casos espe-

ciais), criando-se uma comissão de deputados e senadores para o exame de legislação ordinária, o PFL entende que a Constituinte não tem poderes para emendar a Constituição vigente. E isso vale dizer que não pode dispor sobre o funcionamento do Congresso. Sua opinião é que o Congresso deve continuar funcionando, embora "moderadamente" e com prioridade para a Constituinte.

A liderança do PTB também entende que o Congresso não pode deixar de funcionar, enquanto o PDS tem opiniões divergentes. Seu presidente em exercício, Jarbas Passarinho (PA), é pelo funcionamento apenas da Constituinte, ficando o presidente da República incumbido de legislar ordinariamente. Já o líder pedessista na Câmara, Amaral Neto, acha que tudo deve funcionar, "não podemos abrir mão de nada". E o PT quer apenas a Constituinte funcionando.

De qualquer forma, qualquer alteração no funcionamento das sessões ordinárias do Senado, Câmara e Congresso dependeria de alterações em seus regimentos internos.

O senador Odacir Soares (PFL-RO), no entanto, disse estar disposto a recorrer ao Supremo Tribunal Federal para anular, "por inconstitucionalidade", qualquer ato da Constituinte que interfira no funcionamento do Congresso Nacional. Para o senador e para seu partido, a atual Constituinte é livre e soberana apenas para dispor sobre seu próprio funcionamento e para elaborar a futura Constituição.

Ela não se instala, no seu entender, "sobre uma terra arrasada, para constituir um Estado de Direito, mas dentro de uma Estado já constituído, com todos os poderes em funcionamento. "Tanto que" — acrescentou — "será instalada pelo presidente de um dos poderes, o Judiciário, e é integrada por deputado e senadores. Se ela decretar o recesso do Congresso Nacional, por exemplo, estará indo além das atribuições específicas que lhe foram conferidas pela emenda nº 26 e seu ato poderá ser derrubado pelo STF".